

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Cotistas,

Apresentamos a V.Sas. as Informações Financeiras da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM), elaboradas na forma da Legislação Societária, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

No exercício, a BEM DTVM registrou prejuízo de R\$ 1,359 milhões, correspondente a R\$ 292,26 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 7,352 milhões e Ativos Totais de R\$ 8,052 milhões.

Osasco, SP, 27 de janeiro de 2010.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil

ATIVO	2009	2008	PASSIVO	2009	2008
CIRCULANTE	7.152	9.122	CIRCULANTE	664	1.016
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	37	53	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	26
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS			Transferências Internas de Recursos	-	26
FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5)	3.385	7.419	OUTRAS OBRIGAÇÕES	664	990
Carteira Própria	3.385	7.419	Sociais e Estatutárias	-	42
OUTROS CRÉDITOS	3.730	1.650	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	254	887
Rendas a Receber	725	1.027	Diversas (Nota 9b)	410	61
Diversos (Nota 6)	3.005	623	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	36	423
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	494	622	OUTRAS OBRIGAÇÕES	36	423
OUTROS CRÉDITOS	494	622	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	1	-
Diversos (Nota 6)	494	622	Diversas (Nota 9b)	35	423
PERMANENTE	406	406	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)	7.352	8.711
INVESTIMENTOS	406	406	Capital:		
Outros Investimentos (Nota 8)	406	406	- De Domiciliados no País	4.650	4.650
TOTAL	8.052	10.150	Reservas de Lucros	2.702	4.061
			TOTAL	8.052	10.150

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2009	31 de dezembro	
	2009	2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	396	861	800
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	396	861	800
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	396	861	800
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	606	2.549	2.218
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 16)	4.597	7.813	3.544
Despesas de Pessoal	-	-	(196)
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(164)	(386)	(477)
Despesas Tributárias (Nota 12)	(343)	(591)	(351)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	1.553	2.084	1.306
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(5.037)	(6.371)	(1.608)
RESULTADO OPERACIONAL	1.002	3.410	3.018
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.002	3.410	3.018
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a e b)	(3.840)	(4.769)	(1.054)
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO	(2.838)	(1.359)	1.964
Número de cotas (Nota 10a)	4.650.000	4.650.000	4.650.000
(Prejuízo)/Lucro por lote de mil cotas em R\$	(610,32)	(292,26)	422,37

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em		
	2º Semestre 2009	31 de dezembro	
	2009	2009	2008
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.002	3.410	3.018
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1	(388)	33
Despesas/(Reversões) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	1	(388)	33
Lucro Líquido Ajustado	1.003	3.022	3.051
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5.719	4.034	(1.474)
(Aumento)/Redução em Relações Interdependências	-	(26)	-
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(2.356)	(2.064)	1.072
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(3.966)	(3.624)	(368)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(328)	(1.316)	(1.390)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	72	26	891
Atividades de Financiamentos	(42)	(42)	(838)
Dividendos Pagos	(42)	(42)	(838)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(42)	(42)	(838)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	30	(16)	53
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Início do Período	7	53	-
Fim do Período	37	37	53
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	30	(16)	53

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social		Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	Capital Realizado	Aumento de Capital		Legal	Estatutárias		
Saldos em 30.6.2009	4.650	-	-	415	5.111	-	10.176
Reversão da Distribuição do Resultado do 1º Semestre/2009	-	-	-	(74)	(1.391)	1.465	-
Reversão dos Dividendos Propostos no 1º Semestre de 2009	-	-	-	-	-	14	14
Prejuízo	-	-	-	-	-	(2.838)	(2.838)
Transferência para Reservas	-	-	-	-	(1.359)	1.359	-
Saldos em 31.12.2009	4.650	-	-	341	2.361	-	7.352
Saldos em 31.12.2007	2.589	-	134	242	3.709	-	6.674
Homologação de Aumento de Capital	911	(911)	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reservas	-	2.061	(249)	-	(1.812)	-	-
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	-	115	-	-	-	115
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.964	1.964
Destinações: - Reservas	-	-	-	99	1.823	(1.922)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(42)	(42)
Saldos em 31.12.2008	3.500	1.150	-	341	3.720	-	8.711
Homologação de Aumento de Capital	1.150	(1.150)	-	-	-	-	-
Prejuízo	-	-	-	-	-	(1.359)	(1.359)
Transferência para Reservas	-	-	-	-	(1.359)	1.359	-
Saldos em 31.12.2009	4.650	-	-	341	2.361	-	7.352

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2009	%	2009	%	2008	%
1 - RECEITAS	1.509	112,2	4.387	109,6	4.042	113,4
1.1) Intermediação Financeira	396	29,4	861	21,5	800	22,4
1.2) Prestação de Serviços	4.597	341,8	7.813	195,3	3.544	99,4
1.3) Outras	(3.484)	(259,0)	(4.287)	(107,2)	(302)	(8,4)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(164)	(12,2)	(386)	(9,6)	(477)	(13,4)
Serviços do Sistema Financeiro	(74)	(5,5)	(99)	(2,5)	(300)	(8,4)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(47)	(3,5)	(196)	(4,9)	(99)	(2,8)
Serviços Técnicos Especializados	(43)	(3,2)	(86)	(2,1)	(55)	(1,5)
Outros	-	-	(5)	(0,1)	(23)	(0,7)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.345	100,0	4.001	100,0	3.565	100,0
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.345	100,0	4.001	100,0	3.565	100,0
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.345	100,0	4.001	100,0	3.565	100,0
5.1) Pessoal	-	-	-	-	196	5,5
Proventos	-	-	-	-	196	5,5
5.2) Impostos, Taxas e Contribuições	4.183	311,0	5.360	134,0	1.405	39,4
Federal	4.091	304,2	5.203	130,1	1.387	38,9
Municipal	92	6,8	157	3,9	18	0,5
5.3) Remuneração de Capitais Próprios	(2.838)	(211,0)	(1.359)	(34,0)	1.964	55,1
Dividendos	-	-	-	-	42	1,2
(Prejuízos Absorvidos)/Lucros Retidos	(2.838)	(211,0)	(1.359)	(34,0)	1.922	53,9

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Continua...



...Continuação

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas Demonstrações Financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Incluem, estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável – *impairment* de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Instituição.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Organização Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “*pro-rata*” dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros Créditos – Diversos”.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A partir de 1º de maio de 2008, a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras (até 30 de abril de 2008 a alíquota era de 9% para todas as empresas, sendo que o cálculo no exercício de 2008 foi efetuado de acordo com as normas específicas emitidas pelas autoridades tributárias).

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição – RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

f) Investimentos

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda e da redução ao valor recuperável – *impairment*, quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – (*impairment*)

Os valores dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável – *impairment*, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535/08 do CMN e na Deliberação CVM nº 489/05.

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 7a).
- Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 7b e c).

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base “*pro-rata*” dia) e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base “*pro-rata*” dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Disponibilidades em moeda nacional	37	53
Total de disponibilidades (caixa)	37	53

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil								
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/ custo atualizado (2)	Valor de mercado/ custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/ custo atualizado (2)	Marcação a mercado
Títulos para negociação:									
Letras financeiras do tesouro	48	-	60	2.143	2.251	2.251	-	5.044	-
Certificados de depósito bancário	-	-	11	107	118	118	-	739	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	43	43	43	-	-	-
Debêntures	-	-	153	8	161	161	-	1.191	-
Notas do tesouro nacional	812	-	-	-	812	812	-	445	-
Total em 2009	860	-	224	2.301	3.385	3.385			
Total em 2008	592	220	1.148	5.459				7.419	

(1) As aplicações em cotas de fundos de investimento administrados pelo Conglomerado Bradesco, foram distribuídas de acordo com os papéis que compõem suas carteiras, preservando a classificação da categoria dos fundos. Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil; e

(2) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Fundos de investimentos	861	800
Total	861	800

c) A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

6) OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Impostos e contribuições a compensar	2.985	611
Devedores por depósitos em garantia – trabalhistas	40	428
Crédito tributário (Nota 15c e d)	82	194
Devedores diversos - País	1	11
Devedores por depósitos em garantia – fiscais	1	1
Títulos e créditos a receber	390	-
Total	3.499	1.245

7) ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Passivos Contingentes classificados como perdas prováveis

A Instituição é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração da Instituição entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”. Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

II - Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	Trabalhistas	
No início do exercício	423	
Reversões e Atualização Monetária	(388)	
No final do exercício	35	

Em novembro de 2009, a empresa aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/09, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

O total líquido resultante, diretamente relacionados, com a adesão ao programa montou a R\$ 1.365 mil e foi substancialmente registrado na rubrica de “Outras Receitas Operacionais”. A empresa não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultava a referida Lei.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como “autora” ou “ré” e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

8) INVESTIMENTOS

O valor contábil registrado em “Outros Investimentos”, no montante de R\$ 406 mil (2008 – R\$ 406 mil) refere-se a ações da CETIP.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	194	853
Impostos e contribuições a recolher	60	34
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 15c)	1	-
Total	255	887

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 7b)	35	423
Provisão para pagamentos a efetuar	410	61
Total	445	484

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 4.650 mil (2008 – R\$ 4.650 mil), totalmente subscrito e integralizado é composto por 4.650.000 cotas.

Em 27 de janeiro de 2009 o BACEN homologou o aumento de capital deliberado através do Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 28 de novembro de 2008, no montante de R\$ 1.150 mil, elevando-o de R\$ 3.500 mil para R\$ 4.650 mil, com emissão de 1.150.000 cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, mediante a capitalização do saldo total da conta “Reservas de Capital”, no valor de R\$ 249 mil e parte do saldo da “Reserva de Lucros – Reserva Estatutária”, no valor de R\$ 901 mil.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Reservas de Lucros	2.702	4.061
- Reserva Legal (1)	341	341
- Reserva Estatutária (2)	2.361	3.720

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

Continua...



...Continuação

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****c) Dividendos**

Aos cotistas está assegurado dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No exercício de 2009 não houve provisão de dividendos. Os dividendos provisionados no exercício de 2008 no montante de R\$ 42 mil, correspondendo a R\$ 9,02 por lote de mil cotas, foram pagos em 30/12/2009.

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Serviços do sistema financeiro.....	99	300
Propaganda e publicidade.....	196	99
Serviços técnicos especializados.....	86	55
Outras.....	5	23
Total.....	386	477

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Contribuição ao COFINS.....	358	225
Imposto sobre serviços - ISS.....	157	71
Contribuição ao PIS.....	58	37
Impostos e taxas.....	18	18
Total.....	591	351

13) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Recuperação de encargos e despesas.....	2	36
Reversão de provisão operacional.....	390	20
Despesas com juros e multa.....	(474)	(35)
Variações monetárias.....	(15)	(52)
Resultado na prestação de serviços de distribuição de cotas, líquida das comissões pagas.....	(3.154)	(218)
Outras.....	(1.036)	(53)
Total.....	(4.287)	(302)

14) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR E EMPRESA LIGADA**a) As transações com o controlador e empresa ligada estão assim representadas:**

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2009 Ativos (passivos)	2008 Ativos (passivos)	2009 Receitas (despesas)	2008 Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	37	53	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco BBI S.A.	-	(42)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Os administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, elaborados sob a responsabilidade da administração da Instituição. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	3.410	3.018
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1).....	(1.364)	(1.207)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	22	(10)
Efeito diferencial de alíquota da contribuição social (2).....	-	183
Outros valores.....	(3.427)	(20)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(4.769)	(1.054)

(1) A partir de 1º de maio de 2008 a alíquota da contribuição social para as empresas financeiras foi elevada para 15%, de acordo com a Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008), (Nota 3e); e

(2) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da Contribuição Social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(4.657)	(1.115)
Impostos diferidos		
Contribuição social no exercício, sobre adições temporárias.....	(112)	61
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(4.769)	(1.054)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2008	Consti- tuição	Realização	Saldo em 31.12.2009
Provisão para contingências trabalhistas.....	170	1	156	15
Outras provisões.....	24	67	24	67
Total dos créditos tributários (Nota 6).....	194	68	180	82
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a).....	-	1	-	1
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas.....	194	67	180	81

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Diferenças temporárias			
2010.....	11	7	18
2011.....	11	7	18
2012.....	12	7	19
2013.....	9	5	14
2014.....	8	5	13
Total (Nota 6).....	51	31	82

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 73 mil (2008 - R\$ 165 mil).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Ltda. administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro, montam R\$ 73.062.884 mil (2008 - R\$ 40.168.708 mil), a receita de taxa de administração desses fundos no exercício foi de R\$ 7.813 mil (2008 - R\$ 3.544 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares - Contador - CRC 1SP208127/O-5

PRICEWATERHOUSECOOPERS
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador
CRC 1SP172940/O-6

SANTOS-BRASIL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 02.084.220/0001-76 - NIRE 35.3.0033455-8

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Edital de Convocação

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Santos-Brasil S.A. ("Companhia") a se reunir em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 26 de março de 2010, às 10:30 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo na Rua Dr. Eduardo de Souza Aranha, nº 387, 2º andar, conjunto 22, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: a - Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores e examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2009; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (iii) eleger os membros do conselho de administração e do conselho fiscal; (iv) deliberar, conforme o disposto no artigo 23 do Estatuto Social da Companhia, sobre o valor global da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2010; b - Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) deliberar sobre o aumento do número máximo de membros do Conselho de Administração e seus respectivos suplentes, passando para 11 membros e, consequentemente, atualizar o artigo 9º do estatuto social da Companhia para refletir tal deliberação.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2010

Santos-Brasil S.A.

Richard Kliem

Presidente do Conselho de Administração

Construtora Augusto Velloso S.A.

C.N.P.J. 60.853.934/0001-06 - NIRE 35.300.045.661

Extrato da Ata AGO Realizada em 10/12/2009.

Data, Local e Hora: 10/12/2009, na sede social, às 09:30 horas. **Convocação:** Dispensada. **Presença dos Acionistas:** Totalidade. **Mesa:** presidente: Augusto Ferreira Velloso Neto, secretário: Ricardo Machado Ferreira Velloso. **Ordem do Dia e Deliberações Aprovadas por Unanimidade:** as demonstrações financeiras foram publicadas em 28/03/2009 no D.O.E.S.P. e Jornal "O Dia" e aprovada em AGO de 02/04/2009, os presentes deliberaram por unanimidade destinarem da conta "reserva de lucros", no montante de R\$ 6.088.562,39, conforme balanço encerrado em 31/12/2008 a quantia de R\$ 385.000,00, como dividendos aos senhores acionistas a serem pagos até 22/12/2009 e R\$ 130.000,00, a título de gratificação à diretoria, que poderá ser paga em títulos de previdência privada. Em seguida os presentes deliberaram por unanimidade se reunirem em outra oportunidade para determinarem sobre a destinação do restante da distribuição sobre o lucro do exercício findo em 31/12/2008. Dando continuidade a Assembleia Geral, na sequência o Sr. presidente ofereceu a palavra a quem dos presentes desejasse fazer uso. Como ninguém se manifestou declarou encerrada a Assembleia, lavrando-se esta ata, que após lida e aprovado por todos vai assinada pelos membros da mesa e por todos os demais presentes. a) Augusto Ferreira Velloso Neto - presidente; Ricardo Machado Ferreira Velloso - secretário; Augusto Carlos Ferreira Velloso; Augusto Ferreira Velloso Neto; Ricardo Machado Ferreira Velloso; Amaro Garcez Caldini. Ricardo Machado Ferreira Velloso - Secretário. O presente foi extraído do original arquivado na JUCESP sob o nº 44.797/10-2 em 03/02/2010. Kátia Regina Bueno de Godoy - Secretária Geral.

ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ 62.639.711/0001-68 -

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL

EXTRAORDINÁRIA

A Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo - ADPESP, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 35, inciso II, c.c. arts. 27 e 33, inciso X do Estatuto Social, CONVOCA os senhores associados para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia 08 de março do corrente ano, às 16:00hs, em primeira convocação e às 16:30hs em segunda, no auditório "Doutor Ivahir de Freitas Garcia", situado na sede social da entidade, localizada na Av. Ipiranga, 919, 9º andar, a fim de deliberarem os seguintes assuntos:

- PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA 2010;
- DESCONTO NO SALÁRIO DA DIFERENÇA DO ADICIONAL DE INSALUBRIDADE;
- DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS ALTERAÇÕES DA SSP NO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO;
- DISCUSSÃO E APROVAÇÃO PARA INÍCIO DE MOVIMENTO REIVINDICATÓRIO, CASO AS PROPOSTAS DA CLASSE NÃO SEJAM ATENDIDAS PELA ADMINISTRAÇÃO;
- AUTORIZAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS A SEREM UTILIZADOS POR INTEGRANTES DA DIRETORIA.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2010
Marilda Aparecida Pansonato Pinheiro - Presidente da ADPESP

O CGR Catanduva - Centro de Gerenciamento de Resíduos Ltda.,

torna público que solicitou, da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, Licença Prévia para Ampliação da Capacidade de Recebimento de Resíduos do Aterro Sanitário localizado à Estrada Municipal CTV 020, Zona Rural, no Município de Catanduva/SP.

"Scórprios Indústria Metalúrgica Ltda, torna público que recebeu da CETESB a Licença de Operação N° 30005853 , válida até 24/02/2013, para Peças e acessórios para outros veículos, fabricação de à Avenida Forte do Leme, 205, 144, Parque São Lourenço, São Paulo - SP.



BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Colistas,

Apresentamos a V.Sas. as Informações Financeiras da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (BEM DTVM), elaboradas na forma da Legislação Societária, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

No exercício, a BEM DTVM registrou prejuízo de R\$ 1.359 milhões, correspondente a R\$ 292,26 por lote de mil cotas, Patrimônio Líquido de R\$ 7.352 milhões e Ativos Totais de R\$ 8.052 milhões.

Osasco, SP 27 de janeiro de 2010.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
	2009	2008		2009	2008
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	7.152	9.122	CIRCULANTE	664	1.016
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	37	53	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	26
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 5)	3.385	7.419	Transferências Internas de Recursos	-	26
Carteira Própria	3.385	7.419	OUTRAS OBRIGAÇÕES	664	990
OUTROS CRÉDITOS	3.730	1.650	Sociais e Estatutárias	-	42
Rendas a Receber	725	1.027	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	254	887
Diversos (Nota 6)	3.005	623	Diversas (Nota 9b)	410	61
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	494	622	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	36	423
OUTROS CRÉDITOS	494	622	OUTRAS OBRIGAÇÕES	36	423
Diversos (Nota 6)	494	622	Fiscais e Previdenciárias (Nota 9a)	1	-
PERMANENTE	406	406	Diversas (Nota 9b)	35	423
INVESTIMENTOS	406	406	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10)	7.352	8.711
Outros Investimentos (Nota 8)	406	406	Capital:		
TOTAL	8.052	10.150	- De Domiciliados no País	4.650	4.650
			Reservas de Lucros	2.702	4.061
			TOTAL	8.052	10.150

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			
	2º Semestre 2009	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2009	2008
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	396	861	800
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 5b)	396	861	800
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	396	861	800
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	606	2.549	2.218
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 16)	4.597	7.813	3.544
Despesas de Pessoal	-	-	(196)
Outras Despesas Administrativas (Nota 11)	(164)	(386)	(477)
Despesas Tributárias (Nota 12)	(343)	(591)	(351)
Outras Receitas Operacionais (Nota 13)	1.553	2.084	1.306
Outras Despesas Operacionais (Nota 13)	(5.037)	(6.371)	(1.608)
RESULTADO OPERACIONAL	1.002	3.410	3.018
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	1.002	3.410	3.018
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a e b)	(3.840)	(4.769)	(1.054)
(PREJUÍZO)/LUCRO LÍQUIDO	(2.838)	(1.359)	1.964
Número de cotas (Nota 10a)	4.650.000	4.650.000	4.650.000
(Prejuízo)/Lucro por lote de mil cotas em R\$	(610,32)	(292,26)	422,37

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil			
	2º Semestre 2009	Exercícios findos em 31 de dezembro	
		2009	2008
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.002	3.410	3.018
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	1	(388)	33
Despesas/(Reversões) com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	1	(388)	33
Lucro Líquido Ajustado	1.003	3.022	3.051
(Aumento)/Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	5.719	4.034	(1.474)
(Aumento)/Redução em Relações Interdependências	-	(26)	-
(Aumento)/Redução em Outros Créditos	(2.356)	(2.064)	1.072
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(3.966)	(3.624)	(368)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(328)	(1.316)	(1.390)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado das Atividades Operacionais	72	26	891
Atividades de Financiamentos	(42)	(42)	(838)
Dividendos Pagos	(42)	(42)	(838)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(42)	(42)	(838)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	30	(16)	53
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Início do Período	7	53	-
Fim do Período	37	37	53
Aumento/(Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	30	(16)	53

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil							
Eventos	Capital Social		Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	Capital Realizado	Aumento de Capital		Legal	Estatutárias		
Saldos em 30.6.2009	4.650	-	-	415	5.111	-	10.176
Reversão da Distribuição do Resultado do 1º Semestre/2009	-	-	-	(74)	(1.391)	1.465	-
Reversão dos Dividendos Propostos no 1º Semestre de 2009	-	-	-	-	-	14	14
Prejuízo	-	-	-	-	-	(2.838)	(2.838)
Transferência para Reservas	-	-	-	-	(1.359)	1.359	-
Saldos em 31.12.2009	4.650	-	-	341	2.361	-	7.352
Saldos em 31.12.2007	2.589	-	134	242	3.709	-	6.674
Homologação de Aumento de Capital	911	(911)	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reservas	-	2.061	(249)	-	(1.812)	-	-
Atualização de Títulos Patrimoniais	-	-	115	-	-	-	115
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.964	1.964
Destinações: - Reservas	-	-	-	99	1.823	(1.922)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(42)	(42)
Saldos em 31.12.2008	3.500	1.150	-	341	3.720	-	8.711
Homologação de Aumento de Capital	1.150	(1.150)	-	-	-	-	-
Prejuízo	-	-	-	-	-	(1.359)	(1.359)
Transferência para Reservas	-	-	-	-	(1.359)	1.359	-
Saldos em 31.12.2009	4.650	-	-	341	2.361	-	7.352

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil						
Descrição	2º Semestre		Exercícios findos em 31 de dezembro			
	2009	%	2009	%	2008	%
1 - RECEITAS	1.509	112,2	4.387	109,6	4.042	113,4
1.1) Intermediação Financeira	396	29,4	861	21,5	800	22,4
1.2) Prestação de Serviços	4.597	341,8	7.813	195,3	3.544	99,4
1.3) Outras	(3.484)	(259,0)	(4.287)	(107,2)	(302)	(8,4)
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(164)	(12,2)	(386)	(9,6)	(477)	(13,4)
Serviços do Sistema Financeiro	(74)	(5,5)	(99)	(2,5)	(300)	(8,4)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(47)	(3,5)	(196)	(4,9)	(99)	(2,8)
Serviços Técnicos Especializados	(43)	(3,2)	(86)	(2,1)	(55)	(1,5)
Outros	-	-	(5)	(0,1)	(23)	(0,7)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	1.345	100,0	4.001	100,0	3.565	100,0
4 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	1.345	100,0	4.001	100,0	3.565	100,0
5 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	1.345	100,0	4.001	100,0	3.565	100,0
5.1) Pessoal	-	-	-	-	196	5,5
Proventos	-	-	-	-	196	5,5
5.2) Impostos, Taxas e Contribuições	4.183	311,0	5.360	134,0	1.405	39,4
Federal	4.091	304,2	5.203	130,1	1.387	38,9
Municipal	92	6,8	157	3,9	18	0,5
5.3) Remuneração de Capitais Próprios	(2.838)	(211,0)	(1.359)	(34,0)	1.964	55,1
Dividendos	-	-	-	-	42	1,2
(Prejuízos Absorvidos)/Lucros Retidos	(2.838)	(211,0)	(1.359)	(34,0)	1.922	53,9

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. é uma instituição financeira que tem por objetivo efetuar operações de intermediação no mercado aberto, além de gerir e administrar recursos de terceiros. É parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas Demonstrações Financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. Incluem, estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável - impairment de títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

As alterações introduzidas, respectivamente, pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Instituição.

3) PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Organização Bradesco.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro-rata" dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda - que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos".

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A partir de 1º de maio de 2008, a contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras (até 30 de abril de 2008 a alíquota era de 9% para todas as empresas, sendo que o cálculo no exercício de 2008 foi efetuado de acordo com as normas específicas emitidas pelas autoridades tributárias).

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09), as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

f) Investimentos

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda e da redução ao valor recuperável - impairment, quando aplicável.

g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

Os valores dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisados no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável - impairment, que é reconhecida no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

h) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.535/08 do CMN e na Deliberação CVM nº 489/05.

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados nas notas explicativas (Nota 7a).

Passivos Contingentes: são constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação (Nota 7b e c).

i) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base "pro-rata" dia) e provisão para perdas, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base "pro-rata" dia).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Disponibilidades em moeda nacional	37	53
Total de disponibilidades (caixa)	37	53

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação por categorias e prazos

Títulos (1)	Em 31 de dezembro - R\$ mil					
	2009		2008		2008	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias			

...Continuação

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 00.066.670/0001-00

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º Andar - Vila Yara - Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Gestão, Elaboração e Divulgação de Relatórios de Análise Econômica Financeira e Demonstrações Financeiras Consolidadas da Organização Bradesco

ISO 9001

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras". Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos.

II - Movimentação das provisões

No início do exercício 423
Reversões e Atualização Monetária (388)
No final do exercício 35

Em novembro de 2009, a empresa aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/09, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

O total líquido resultante, diretamente relacionados, com a adesão ao programa montou a R\$ 1.365 mil e foi substancialmente registrado na rubrica de "Outras Receitas Operacionais". A empresa não se utilizou de prejuízo fiscal ou base negativa de Contribuição Social na liquidação de juros dos débitos inseridos no programa que facultava a referida Lei.

c) Passivos Contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

d) Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

8) INVESTIMENTOS

O valor contábil registrado em "Outros Investimentos", no montante de R\$ 406 mil (2008 – R\$ 406 mil) refere-se a ações da CETIP.

9) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	194	853
Impostos e contribuições a recolher	60	34
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 15c)	1	-
Total	255	887

b) Diversas

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Provisão para contingências trabalhistas (Nota 7b)	35	423
Provisão para pagamentos a efetuar	410	61
Total	445	484

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 4.650 mil (2008 – R\$ 4.650 mil), totalmente subscrito e integralizado é composto por 4.650.000 cotas.

Em 27 de janeiro de 2009 o BACEN homologou o aumento de capital deliberado através do Instrumento Particular de Alteração do Contrato Social de 28 de novembro de 2008, no montante de R\$ 1.150 mil, elevando-o de R\$ 3.500 mil para R\$ 4.650 mil, com emissão de 1.150.000 cotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, mediante a capitalização do saldo total da conta "Reservas de Lucros – Reserva Estatutária", no valor de R\$ 901 mil.

b) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Reservas de Lucros	2.702	4.061
- Reserva Legal (1)	341	341
- Reserva Estatutária (2)	2.361	3.720

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Instituição, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 80% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos

Aos cotistas está assegurado dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de importância não inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. No exercício de 2009 não houve provisão de dividendos. Os dividendos provisionados no exercício de 2008 no montante de R\$ 42 mil, correspondendo a R\$ 9,02 por lote de mil cotas, foram pagos em 30/12/2009.

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Serviços do sistema financeiro	99	300
Propaganda e publicidade	196	99
Serviços técnicos especializados	86	55
Outras	5	23
Total	386	477

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Contribuição ao COFINS	358	225
Imposto sobre serviços - ISS	157	71
Contribuição ao PIS	58	37
Impostos e taxas	18	18
Total	591	351

13) OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Recuperação de encargos e despesas	2	36
Reversão de provisão operacional	390	20
Despesas com juros e multa	(474)	(35)
Variáveis monetárias	(15)	(52)
Resultado na prestação de serviços de distribuição de cotas, líquida das comissões pagas	(3.154)	(218)
Outras	(1.036)	(53)
Total	(4.287)	(302)

14) TRANSAÇÕES COM O CONTROLADOR E EMPRESA LIGADA

a) As transações com o controlador e empresa ligada estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro - R\$ mil			
	2009	2008	2009	2008
	Ativos (passivos)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades:				
Banco Bradesco S.A.	37	53	-	-
Dividendos:				
Banco Bradesco BBI S.A.	-	(42)	-	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em reunião do Conselho de Administração da Organização Bradesco, aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e

• A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Instituição.

Os administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;

b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e

c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pelas instituições financeiras empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

15) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	3.410	3.018
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente (1)	(1.364)	(1.207)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	22	(10)
Eleito diferencial de alíquota da contribuição social (2)	-	183
Outros valores	(3.427)	(20)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.769)	(1.054)

(1) A partir de 1º de maio de 2008 a alíquota da contribuição social para as empresas financeiras foi elevada para 15%, de acordo com a Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (convertida na Lei nº 11.727 de 23 de junho de 2008), (Nota 3e); e

(2) Refere-se à equalização da alíquota efetiva da Contribuição Social em relação à alíquota (40%) demonstrada.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro - R\$ mil	
	2009	2008
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(4.657)	(1.115)
Impostos diferidos		
Contribuição social no exercício, sobre adições temporárias	(112)	61
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(4.769)	(1.054)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2008	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2009
Provisão para contingências trabalhistas	170	1	156	15
Outras provisões	24	67	24	67
Total dos créditos tributários (Nota 6)	194	68	180	82
Obrigações fiscais diferidas (Nota 9a)	-	1	-	1
Crédito tributário líquido das obrigações fiscais diferidas	194	67	180	81

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro - R\$ mil		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2010	11	7	18
2011	11	7	18
2012	12	7	19
2013	9	5	14
2014	8	5	13
Total (Nota 6)	51	31	82

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação praticada pela Organização Bradesco, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 73 mil (2008 – R\$ 165 mil).

16) OUTRAS INFORMAÇÕES

A BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Ltda. administra fundos de investimentos em Títulos e Valores Mobiliários, cujos patrimônios líquidos em 31 de dezembro, montam R\$ 73.062.884 mil (2008 – R\$ 40.168.708 mil), a receita de taxa de administração desses fundos no exercício foi de R\$ 7.813 mil (2008 – R\$ 3.544 mil), registrado em receita de prestação de serviços.

A DIRETORIA

Luiz Filipe Lopes Soares – Contador – CRC 1SP208127/O-5

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores

BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, elaborados sob a responsabilidade da administração da Instituição. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Instituição, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Instituição, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e do segundo semestre de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de janeiro de 2010

PRICEWATERHOUSECOOPERS
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador
CRC 1SP172940/O-6

Internacional

Chorando pelo leite derramado

Venezuelanos esvaziam prateleiras de supermercados, temendo desabastecimento.

O chefe de uma cadeia estatal de armazéns tentou minimizar, na noite de terça-feira, os temores de que possa haver novos problemas generalizados de falta de leite na Venezuela. O produto, porém, já desapareceu de algumas prateleiras de supermercado.

Ricardo Fong, o chefe de uma cadeia nacional de armazéns operadas pela companhia petrolífera estatal Petróleos de Venezuela (PDVSA), afirmou que há estoques de leite in natura e em pó suficientes para suprir as lojas por mais seis meses.

Fong disse à agência de notícias estatal que a falta de alguns produtos como leite, arroz e açúcar é artificialmente criada pelos produtores privados. Segundo ele, estes buscam pressionar o governo a ajustar os limites de preços.

A Venezuela sofre com pro-

blemas recorrentes de abastecimento de alguns gêneros alimentícios. O problema foi mais grave no final de 2007. Produtores privados reclamam que uma série de regulamentações do governo e limites de preços acaba forçando-os a comercializar esses itens com prejuízos.

Desde o fim de 2007, o governo aumentou a intervenção, alegando que algumas produtoras não estavam cumprindo as cotas estabelecidas.

Um grupo empresarial representando os produtores do setor lácteo, o Cavilac, disse que a falta de leite ocorre por atrasos nas importações. A comissão de moeda estrangeira, responsável por vender dólares à taxa oficial aos importadores, sofre com atrasos em suas operações enquanto se ajusta à desvalorização da moeda local decretada pelo presidente Hugo Chávez, em janeiro. (AE)

Juan Barreto/AFP



Tensão se agravou nos supermercados após a desvalorização da moeda

OEA: Chávez perto do totalitarismo

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), entidade ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), divulgou ontem um relatório de mais de 300 páginas sobre a Venezuela em que acusa o governo do presidente Hugo Chávez de adotar práticas típicas de países totalitários, como limitações à liberdade de expressão e de mídia, criminalização de protestos contra o governo (ainda que pacíficos), constrangimentos ao funcionamento de qualquer dissidência civil e manipulação do sistema Judiciário.

Ainda que a CIDH considere o país uma democracia pela

realização de eleições e por esforços nas áreas econômica e social, a entidade deixa clara sua preocupação no uso de expedientes que sufocam os direitos humanos.

O documento aponta "retaliação, intimidação, desqualificação, exclusão, discriminação no trabalho e até mesmo ataques legais e privação de liberdade" contra cidadãos e organizações contrárias ao governo.

O representante do governo para direitos humanos, Germán Saltrón, negou a "intolerância política" no país. "Recebemos da comissão 79 perguntas sobre denúncias para as quais as únicas provas são resenhas dos meios de comunicação que, como todos sabemos aqui na Venezuela, estão em sua maioria contra o presidente", afirmou. (AG)

KELPERS: SÍ A FALKLANDS

Grã-Bretanha envia um submarino às Malvinas

A Assembleia Legislativa das Ilhas Malvinas defendeu ontem os direitos da presença britânica e dos kelpers (denominação dos ilhéus) sobre o arquipélago do Atlântico Sul.

Em Porto Stanley, capital das ilhas, as autoridades relativizaram as pressões da líder argentina, Cristina Kirchner, para forçar a Grã-Bretanha a negociar a soberania das Malvinas.

As reivindicações argentinas sobre as ilhas ressurgiram com o início da exploração petrolífera nas águas próximas ao arquipélago por parte da empresa britânica Desire Petroleum.

Segundo Jan Cheek, parlamentar das Malvinas, é "irônico" o pedido argentino de devolução das ilhas e a insistência em recorrer à Organização das Nações Unidas (ONU) com o argumento de que é preciso "descolonizá-las". "O que a Argentina quer é que nos transformemos em colônia sua", afirmou.

Por outro lado, argentinos combatentes da campanha nas Malvinas queixam-se que a questão não tem provocado impacto na população argentina. Nas últimas três semanas, não foram registradas manifesta-

ções em favor de Buenos Aires.

"Acho que as pessoas estão mais preocupadas com seus salários, se as aulas das crianças vão começar ou se vai haver greve nas escolas", disse Aldo Aguirre, presidente do Centro de Veteranos de Guerra de Río Grande, na Província de Terra do Fogo (da qual, teoricamente, as Malvinas fariam parte).

Diálogo - Apesar de ambos os países não terem cogitado um novo confronto militar, o governo britânico pôs um submarino à disposição da defesa militar das Malvinas, embora a embarcação ainda não tenha chegado à região, disse o jornal britânico *The Times*.

Em Nova York, o chanceler argentino, Jorge Taiana, manifestou sua preocupação ao secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. "A Argentina está disposta ao diálogo e o Reino Unido se nega a sentar-se para dialogar e cumprir o mandato das Nações Unidas", reclamou.

Londres insiste que a exploração de petróleo está de acordo com leis internacionais. Mas alguns ministros admitem que o país está se preparando para um confronto diplomático há meses, disse *The Times*. (Agências)

ARGENTINA

Justiça probe Cristina Kirchner de usar reservas do BC para pagar dívida

SURPRESA

Filho de fundador do Hamas revela ter sido agente israelense